

HISTÓRIA ECONÔMICA E ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL DE ALAGOAS (1933-2017)¹

Economic history and socio-spatial organization of Alagoas (1933-2017)

Guilherme Carneiro Leão de Albuquerque Lopes

Economista. Mestre em Desenvolvimento Econômico. Doutorando em desenvolvimento econômico do Instituto de Economia da Unicamp e pesquisador do Centro de Estudos do Desenvolvimento Econômico – CEDE. guilherme.cla.lopes@gmail.com

Fernando Cezar de Macedo

Economista. Doutor em Economia Aplicada. Professor Livre-Docente do Instituto de Economia da Unicamp e pesquisador do Centro de Estudos do Desenvolvimento Econômico – CEDE. fernando.cezar.macedo@gmail.com

Resumo: O presente artigo tem como objetivo geral analisar a transformação da estrutura econômica e da organização socioespacial em Alagoas, com ênfase nas mudanças em sua rede urbana. A análise concentra-se nas mudanças da rede urbana, no processo de urbanização e na centralidade urbana alagoana como expressão material e espacial das transformações da estrutura produtiva no estado. Para realizar a pesquisa, foi utilizado o método histórico-estrutural aplicado à análise regional. Concluímos que a especialização produtiva local na fabricação de açúcar e álcool, notadamente a partir de 1933 com a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), não permitiu o avanço da divisão social do trabalho e, por consequência, o avanço das forças capitalistas de produção no estado. Isso implicou um ritmo de urbanização muito mais lento, uma rede urbana verticalizada, assim como um fraco grau da hierarquia urbana alagoana.

Palavras-chave: Rede Urbana; estrutura produtiva; Alagoas.

Abstract: This paper has as general goal the analysis of economy structure transformation and socio-spatial organization of Alagoas, with emphasis on the changes in its urban network. The study is focused in changes of urban network, urbanization process and urban centrality of Alagoas as a material and spatial expression of the productive and agricultural structure transformations in the state. In order to do this, the structural historical methodology for regional analysis was adopted. It was concluded that, due to the productive specialization in sugar and alcohol that started in 1933 with IAA's creation, there was neither a promotion of a social division of labor, nor a promotion of capitalist forces of production in the state. This led to a much slower rhythm of urbanization, a more concentrated urban network, as well as a weak degree of urban hierarchy in Alagoas.

Key-words: Urban Network; production structure; Alagoas.

¹ O estudo foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

1 INTRODUÇÃO

O ponto de partida deste trabalho é o conceito de organização socioespacial, isto é, o espaço entendido como fruto de uma construção social cuja forma, estrutura e função são definidas de acordo com as necessidades da produção material em cada etapa histórica (PALÁCIOS, 1979). Seria, portanto, a manifestação concreta de cada modo de produção; a expressão material da modificação da natureza de acordo com as necessidades produtivas e materiais historicamente determinadas em cada assentamento humano dentro do modo de produção vigente (SORMANI, 1977).

Qualquer estudo sobre organização espacial deve necessariamente ligar-se às condições concretas do modo de produção dominante e deve ser pensado como totalidade formada por múltiplas determinações (ROFMAN, 1974), já que engloba as diversas escalas de análise (internacional, nacional e local) que estão por detrás da transformação territorial.

Tendo em vista essa conceituação, o objetivo geral do trabalho é identificar e periodizar as transformações da estrutura produtiva e da organização socioespacial de Alagoas, notadamente de sua rede urbana. O presente trabalho tem como justificativa preencher uma lacuna nos estudos sobre Alagoas acerca da junção entre economia e espaço, com um recorte específico sobre a evolução da rede urbana alagoana. Para tal visamos a construção de uma periodização específica para o estado a partir das mudanças produtivas que se expressam na organização do espaço, concretamente no desenvolvimento de sua rede urbana. Destarte, o estudo empenha-se em responder à seguinte pergunta: Quais foram as transformações e os fatores de mudança na organização socioespacial alagoana de 1933 até 2017?

A hipótese do artigo é que a especialização produtiva estadual em açúcar e álcool, a partir de 1933, com a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), determinou o baixo grau de divisão social do trabalho e obliterou o desenvolvimento de forças capitalistas de produção capazes de diversificar sua base produtiva. Não obstante, a concentração da cana-de-açúcar reformulou e reorganizou a espacialização das atividades produtivas, dos serviços e da circulação de pessoas e mercadorias em Alagoas, tendo acarretado, principalmente, a verticalização da rede urbana.

Para embasar o trabalho, utilizou-se o método histórico-estrutural aplicado à análise regional. Foram realizadas tanto pesquisas qualitativas, através de revisão bibliográfica, quanto pesquisas quantitativas, com o uso de estatísticas descritivas utilizando algumas fontes de dados secundários, como as pesquisas da Regic, os censos demográficos, agropecuários e industriais, todos do IBGE, além de dados de outras instituições como a Sude-ne, Ipea, Banco do Nordeste, Governo do Estado de Alagoas, entre outras, cujas informações foram aplicadas ao objeto de estudo.

Quanto à periodização específica para Alagoas, tomamos o cuidado de não analisar o estado isoladamente, mas sim, pelo contrário, compreender a particularidade alagoana baseando-se no movimento geral da economia nacional e internacional. Assim, ao propor a periodização, não estamos nos afastando dos marcos propostos pelo método histórico-estrutural² de análise da economia brasileira. Na verdade, procuramos um diálogo direto com a periodização adotada para, a partir das escalas nacional e internacional, apontarmos para especificidades próprias do estado. Busca-se, assim, através da visão de transescalaridade (BRANDÃO, 2007), identificar a interlocução entre a parte e o todo. Propomos, portanto, uma periodização específica, mas não autônoma de Alagoas.

Além desta introdução, o artigo contém quatro seções estruturadas a partir da periodização adotada. A primeira trata da formação do território até 1933, período que engloba o início do processo de urbanização e uma incipiente e horizontalizada rede urbana; a segunda seção (1933-1967) versa sobre o início da predominância da cana-de-açúcar em detrimento da produção algodoeira com mudanças na organização socioespacial, notadamente o início da verticalização da rede urbana; a terceira (1967-1988) apresenta o crescimento relativo da indústria, paradoxalmente com a forte expansão canavieira, tendo como principal rebatimento espacial a intensificação da concentrada rede urbana na capital do estado; na quarta seção (1988-2017) apresentamos as transformações recentes na economia e no espaço alagoano, como o processo de “ultraespecialização” produtiva e a consolidação de um padrão vertical da rede urbana alagoana. A última seção apresenta as conclusões.

2 Ver Cano (2007 e 2008); Mello (2006); Furtado (2006).

2 A FORMAÇÃO TERRITORIAL E A INCIPIENTE E DESCENTRALIZADA URBANIZAÇÃO ALAGOANA

Segundo Altavila (1988, p.90), “deve-se à indústria açucareira o povoamento de grande parte do território alagoano. Os povoados, quase sempre, surgiam nas cercanias dos engenhos”. A cana-de-açúcar gerou um uso, uma finalidade econômica que justificava e viabilizava a ocupação de Alagoas. O estado, entretanto, era também provido de boa condição pastoril. O gado se deslocava e fomentava o povoamento pelo interior, principalmente do sertão (CARVALHO, 2015). Assim, até o século XVII, a organização socioespacial alagoana acontecia no entorno do binômio cana-pecuária, reproduzindo o que se verificava no Nordeste em geral.

Somente na segunda metade do século XVIII, o algodão seria acrescentado ao binômio original. Tal cultura passou a ocupar áreas “esquecidas” pela cana-de-açúcar e com atividade pastoril menos intensa, especialmente no agreste e em

algumas partes do sertão. O desenvolvimento da indústria têxtil que lhe veio a reboque promovia o assalariamento da mão de obra, e a incorporação do trabalhador à cidade estimulava a monetização da economia local e a propagação da renda, do comércio e dos serviços. Além disso, o algodão era produzido em pequenas e médias propriedades, consorciado com outras culturas, dando ao uso da terra um caráter mais “democrático”. Por isso, para Andrade (1963), essa cultura organizou uma forma diferente de povoamento, pois tinha impacto maior no crescimento e na urbanização das cidades que estavam no seu entorno do que naquelas que se situavam nas cercanias da produção canavieira.

No recenseamento de 1922 (Tabela 1) observa-se que, dentre as 10 maiores cidades, seis eram ligadas à cotonicultura. As exceções eram Atalaia, Colônia, Leopoldina, Muricy e Maceió. Atalaia representa um caso particular, pois era o local de três das maiores usinas do estado (Brasileiro, Ouricuri e Uruba). Maceió, a seu turno, já figurava como a maior cidade alagoana, graças ao desenvolvimento mercantil da atividade portuária e às funções de capital.

Tabela 1 – Alagoas: 10 maiores cidades de Alagoas em 1922

Município	População	Concentração (%)	Atividade Predominante
Maceió	74.166	8%	Mercantil/Administrativa
Atalaia	64.035	7%	Canavieira
União	56.394	6%	Têxtil
Viçosa	57.790	6%	Têxtil
Anadia	51.150	5%	Têxtil
S. José da Lage	47.729	5%	Têxtil
Muricy	38.458	4%	Canavieira
Palmeira dos Índios	39.271	4%	Têxtil/Pecuária
Sant'Anna do Ipanema	40.234	4%	Têxtil/Pecuária
Victoria (Quebrangulo)	34.317	3%	Têxtil
Colônia Leopoldina	24.945	3%	Canavieira
Demais cidades*	452.259	46%	
Total	980.748	100%	

Fonte: elaborada pelos autores com base nos dados do Arquivo Público de Alagoas (1923).

Nota: * Essas demais cidades eram 24, de 34 cidades no total.

Territorialmente, havia certa dispersão populacional entre os centros urbanos, visto que as 10 maiores cidades alagoanas concentravam menos da metade da população total (46%) do estado, enquanto o restante (54%) se dispersava entre as demais 24 cidades. A cotonicultura pode ser apontada como responsável pela constituição da incipiente e desconcentrada rede urbana. Ela não só proporcionava o crescimento populacional e comercial das cidades, como também atraía a infraestrutura de transportes para escoamento e viabilização da produção, o que aumentava, inclusive, o poder de influência, a hinterlândia de algumas dessas cidades sobre as demais. Fato crucial à integração das cidades foi a construção das ferrovias³ no final do século XIX e das estradas de rodagem⁴ já no século XX (DIEGUES JR., 1949).

Assim, o que temos até 1933 é a formação de uma incipiente e horizontalizada rede urbana pela dinâmica econômica do setor têxtil, uma melhor distribuição entre as diferentes atividades econômicas (canavieira, têxtil e pecuária) e diferentes dinâmismos de uso e ocupação do território entre elas. A construção das ferrovias e rodovias, vias de comunicação entre os municípios do litoral e do interior, favorecia também a desconcentração da rede urbana.

3 A ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL E A ESTRUTURA PRODUTIVA NO PERÍODO DE 1933 A 1967

As transformações na economia e no espaço alagoano decorreram da especialização produtiva

de açúcar e álcool a partir da criação do IAA⁵ em 1933. Um fator geopolítico também beneficiou o setor graças a um grande aumento da demanda. A saber, em 1959 eclodiu a Revolução Cubana e, com ela, a remoção dos produtores de açúcar desse país do mercado preferencial norte-americano, cedendo espaço especialmente aos nordestinos, que tinham o mercado externo protegido da concorrência inter-regional conforme constava no IAA. Em Alagoas, o principal componente para suprir a expansão da demanda foi a incorporação dos tabuleiros costeiros do sul em meados dos anos 1960, aliada a todo um aparato financeiro, produtivo e tecnológico, por meio dos incentivos, subsídios e investimentos do IAA, o que acarretou o aumento da oferta de terras disponíveis para a produção da monocultura latifundiária canavieira.

Ao mesmo tempo que o setor canavieiro se reforçava, a produção têxtil alagoana entrava em profunda letargia, porque: i) na década de 1930 a produção têxtil do NE tornou-se obsoleta, devido a um decreto⁶ que bloqueava a importação de máquinas e equipamentos têxteis, enquanto os produtores do Sudeste já haviam se preparado para tal restrição (STEIN, 1979); ii) ocorreu a ampliação da malha de transportes, rompendo o “isolamento relativo” de Alagoas, fato que representava uma das “barreiras à entrada” e que protegia os produtores alagoanos da concorrência inter-regional; iii) houve preponderância de políticas setoriais voltadas exclusivamente ao setor canavieiro, com poucos amparos ou medidas de proteção ao segmento têxtil.

Já a pecuária, a partir da segunda metade do século XX, introduziu algumas inovações científico-produtivas que permitiram o aumento da produtividade e a produção em larga escala. Foi criada a bacia leiteira, de modo que a pecuária foi se especializando na bovinocultura de corte e de leite, concentrada territorialmente no sertão do estado. A modernização no setor lácteo possibilitou certo grau de desenvolvimento da divisão social do trabalho, por meio do crescimento do comércio e serviços e até do surgimento

3 As estradas de ferro de longo percurso foram construídas em 1884 e partiam de Maceió até Imperatriz (União dos Palmares). Depois foram construídos dois ramais, um para Santa Luzia do Norte e outro para Assembleia (atual Viçosa) em 1885. Tempos depois, essa mesma estrada foi prolongada para Quebrangulo e daí até Palmeira dos Índios, chegando até Porto Real do Colégio, nas margens do rio São Francisco, em 1911 (DIEGUES JR., 2012).

4 As primeiras estradas de rodagem foram construídas somente em 1914, por meio de uma ação individual do industrial têxtil Delmiro Gouveia. Uma delas ligava Água Branca a Vitória (atual Quebrangulo), um percurso de cerca de 250 quilômetros, e servia aos municípios de Água Branca, Paulo Afonso (atual Mata Grande), Santana do Ipanema, Palmeira dos Índios e Vitória. Essa estrada era a rota comercial do algodão. Em 1920 foi construída a estrada de rodagem do norte, que ligava Maceió a Camaragibe, durante o governo de Fernandes Lima (1918-1921). Esse governador destacou-se por construir mais de 400 quilômetros de estradas de rodagem que ligavam a sede dos municípios da zona da mata à capital. Foi só no governo de Álvaro Paes (1928-1930) que começou a primeira estrada de rodagem de penetração da zona da mata ao interior, de Atalaia a Palmeira dos Índios (SANT’ANNA, 1970).

5 Algumas das ações do IAA foram: i) controle regionalizado da produção de açúcar por meio de cotas de produção para cada estado e unidade produtiva; ii) programas de equalização de custos entre os estados produtores; iii) reserva do mercado consumidor interno e externo; iv) regulação dos conflitos entre usineiros e senhores de engenho (banguzeiros); v) administração dos preços para o açúcar e álcool; e vi) estímulos à produção de álcool (RAMOS, 1983)(CARVALHO, 2008).

6 O decreto de bloqueio seguiu a deliberação da Associação das Indústrias Têxteis (AIT) de 1928. Essa associação era composta majoritariamente por fábricas do Rio de Janeiro e de São Paulo, conforme alerta Saldanha e Lessa (2011).

de atividades financeiras. O crescimento do setor não representava uma dinâmica econômica pujante e inovadora, mas foi relevante para a economia e para as cidades sertanejas, especialmente para algumas que faziam parte da bacia leiteira, como Batalha, Major Isidoro, Olho d'Água das Flores e Pão de Açúcar.

Outra cultura que teve grande expansão no período foi a do fumo de corda em Arapiraca, cidade que assumiria, com essa atividade, crescente importância na rede urbana estadual. É importante frisar que o cultivo do fumo, ao contrário do da cana-de-açúcar, permitia o compartilhamento do solo com outras culturas agrícolas e era realizado em sua maior parte por pequenos e médios proprietários (NARDI, 1996). Em 1950, a alta desse produto já trazia expressivos resultados para a economia e a sociedade arapiraquenses, principalmente pela atração e instalação de empresas exportadoras (nacionais e internacionais)

que realizavam o beneficiamento, a comercialização e a exportação do fumo. Com isso, comércio e serviços⁷ cresceram para atender às demandas decorrentes da expansão urbana do município.

A partir de 1950, Arapiraca teve nos transportes um aliado-chave para seu crescimento econômico, escoamento e suporte à produção do fumo. Em 1951, foi construída uma ferrovia; em 1956, a rodovia federal BR-316, que interligava Arapiraca a Maceió e a Palmeiras dos Índios, e, posteriormente, as rodovias estaduais AL-110, AL-115 e AL-220, que conectavam Arapiraca com as cidades do agreste, sertão e zona da mata alagoana. Arapiraca era o novo “nó rodoviário”, ou seja, cidade do entroncamento e meio de irradiação dos principais caminhos alagoanos do interior. Em 1960, a cidade já se tornara a principal hinterlândia no lugar de Palmeira dos Índios (CORRÊA, 1994).

Tabela 2 – Alagoas (1950, 1960, 1970): participação relativa da indústria referente aos salários e ao VTI em %

Anos	1950		1960		1970	
	Salários	VTI	Salários	VTI	Salários	VTI
Indústria extrativa	0,30%	0,30%	0,10%	0,10%	0,60%	1,40%
Extração de minerais	0,30%	0,30%	0,10%	0,10%	0,60%	1,40%
Indústria de transformação	99,70%	99,70%	99,90%	99,90%	99,40%	98,60%
Bens de Consumo Não Duráveis	91,90%	91,70%	92,30%	91,10%	85,60%	86,50%
.Têxtil	61,00%	45,00%	43,40%	30,90%	18,40%	15,70%
.Vestuário, calçados e tecido	0,70%	0,60%	1,00%	1,00%	1,40%	2,30%
.Produtos alimentares	27,30%	42,70%	43,00%	54,50%	59,20%	63,10%
.Bebidas	0,60%	1,10%	0,70%	0,90%	2,50%	2,10%
.Fumo	0,10%	0,10%	0,30%	0,40%	0,00%	0,00%
.Outros*	2,20%	2,50%	3,90%	3,60%	4,10%	3,30%
Bens Intermediários	7,20%	7,10%	5,70%	7,30%	11,50%	10,70%
.Mineral não metálico	3,00%	2,90%	4,20%	4,00%	4,40%	3,50%
.Química	3,20%	3,80%	0,50%	1,90%	1,00%	4,50%
.Metalurgia	0,10%	0,10%	0,40%	0,60%	6,10%	2,60%
.Outros**	0,90%	0,30%	0,60%	0,80%	0,00%	0,10%
Bens de Consumo Duráveis/Capital	0,40%	0,20%	0,30%	0,10%	1,20%	0,70%
.Mecânica	0,40%	0,20%	0,00%	0,00%	1,00%	0,50%
.Outros***	0,00%	0,00%	0,20%	0,10%	0,10%	0,20%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: elaborada pelos autores com base nos dados do IBGE-Censo Industrial (vários anos).

Nota: Outros* indicam os gêneros com baixa participação no segmento de bens de consumo não duráveis.

Nota: Outros** indicam os gêneros com baixa participação no segmento de bens intermediários.

Nota: Outros*** indicam os gêneros com baixa participação no segmento de bens duráveis.

7 Várias empresas surgiram, principalmente na década de 1960/70, como as casas de saúde e hospitais, comércio de adubos e fertilizantes, supermercados, agências bancárias, cinemas, imobiliárias, postos de gasolinas, concessionária de automóveis, faculdades, serviços agropecuários e indústrias, lojas varejistas, atacadistas e de eletrodomésticos etc. (OLIVEIRA, 2005).

De qualquer modo, a supremacia da cana era incontestável, ainda mais pela notável queda do setor têxtil a partir de 1950, como mostra a Tabela 2 acerca da composição da estrutura produtiva alagoana. Observa-se o baixo nível de desenvolvimento industrial, visto que o setor de Bens de Consumo Não Duráveis (BCND) era praticamente hegemônico na participação dos salários e do VTI, sendo que o segmento de produtos alimentares (onde se encontrava o setor de açúcar e álcool) concentrava sozinho 63,1% do VTI e 59,2% de todos os salários pagos pela indústria alagoana em 1970.

O rebatimento espacial dessa especialização produtiva em açúcar e álcool e o alas-

tramento da cana-de-açúcar sobre os campos agrícolas constituiu o processo de verticalização da rede urbana, como visto na Tabela 3, onde se destaca a concentração populacional em Maceió e Arapiraca. Vale a ressalva de que o crescimento da participação maceioense foi fruto de oportunidades de emprego e renda que surgiam pelo fato da cidade cumprir as funções terciárias típicas de uma capital estadual; também resultou da indústria química que emergiu na década de 1960; além disso, a crise do setor têxtil e o crescimento extensivo das usinas ocasionaram a redução do dinamismo econômico das demais cidades.

Tabela 3 – Alagoas: evolução da distribuição populacional e número absoluto da população

Cidades	1940	1950	1960	1970
Maceió	10%	11%	13%	17%
Arapiraca	3%	3%	5%	6%
Palmeira dos Índios	5%	6%	4%	4%
Atalaia	4%	3%	3%	3%
Santana do Ipanema	6%	6%	3%	2%
Demais cidades*	73%	74%	72%	68%
População absoluta do Estado	951.300	1.093.137	1.256.159	1.588.068

Fonte: elaborada pelos autores com base nos dados do Ipeadata (2010).

Nota: "*" representa 28 cidades no total de 33 em 1940; já em 1950 são 32 no total de 70; em 1960 são 64 de 69 e em 1970 representa 89 de 94 cidades.

A cadeia produtiva sucroalcooleira em expansão seguiu uma direção diametralmente oposta à da cotonicultura, com fracos estímulos “para frente” e baixo fomento à divisão social do trabalho e à urbanização. Essa direção foi consequência de: (i) concentração de terras e da renda nas mãos de poucos usineiros; (ii) baixo nível de poupança e contração monetária; (iii) parco estímulo ao progresso técnico; (iv) fraco incentivo ao desenvolvimento do comércio e de serviços urbanos. Tais elementos, dentre outros, não promoviam ou não aceleravam a divisão social do trabalho, a diversificação produtiva e a formação e adensamento de uma rede urbana interiorana dotada de dinamismo econômico.

A expansão da cana-de-açúcar provocava, portanto, o aumento do êxodo rural apontado pela Tabela 4. Nela está ilustrada a evolução da expulsão da mão de obra local que, por sua vez, é reflexo do

parco dinamismo da economia alagoana, do baixo nível de empregos e da mão de obra pouco qualificada, da baixa divisão social do trabalho e de uma rede urbana fraca e pouco integrada, todos frutos da especialização produtiva no açúcar e no álcool.

Tabela 4 – Alagoas: saldo migratório alagoano para outros estados entre 1940 e 1970

Movimento migratório	Nº de pessoas	
	1940	1970
Entrada (a)	60.146	62.841
Saída (b)	138.269	183.332
Saldo migratório (a-b)	-78.123	-120.491
Razão (b/a)	2,3	2,9

Fonte: elaborada pelos autores com base nos dados do IBGE-Censo demográfico (1940 e 1970).

Quanto à migração intermunicipal em Alagoas, os dados mostram que a maior parte dos alagoanos que imigraram para a capital tinham origem urbana, ou seja, não era exclusivamente composta por vítimas do êxodo rural. Assim, deve-se relativizar a proposição desse êxodo como única causa da migração alagoana para a capital. Saliente-se, pois, a instalação da Salgema⁸ e o impulso da construção civil no final da década de 1960 como indutores do crescimento urbano e de atração de imigrantes, o que contribuiu para a concentração populacional em Maceió.

Tabela 5 – Situação da residência anterior dos imigrantes em Maceió (1970)

Situação da residência anterior	Cidade	(%)	Povoado rural	(%)	Total	(%)
Nº absoluto	42.316	74%	15.111	26%	57.427	100%

Fonte: elaborada pelos autores com base nos dados do IBGE-Censo Demográfico (1970).

Os migrantes alagoanos provindos do êxodo rural procuravam a capital como “meio de sobrevivência”, enquanto Arapiraca avançava pela cadeia produtiva “para frente” do setor fumageiro. A ocupação da ampla maioria dos imigrantes alagoanos que foram para Maceió estava relacionada às atividades de baixa remuneração ligadas aos serviços urbanos, ao comércio e à economia informal. De acordo com o censo demográfico de 1970, as 10 principais ocupações desses imigrantes em Maceió eram: empregados domésticos (16%); porteiros, vigias e serventes (7%); pedreiros (5%); auxiliares de escritório e de administração geral (5%); comerciantes (5%); motoristas (4%); balconistas e entregadores (4%); vendedores ambulantes (3%); lavadeiras e engomadeiras (3%); professores primários (3%).

Dentro da periodização proposta, observamos as transformações na estrutura produtiva alagoana com a especialização produtiva em açúcar e álcool, cujo reflexo na organização socioespacial foi o início do processo de verticalização de sua rede urbana.

8 A instalação da Salgema S.A em Alagoas se deve à existência de uma enorme jazida de sal-gema encontrada em 1943, em Maceió, matéria-prima básica para a obtenção da soda cáustica e do cloro, que atenderiam às demandas da Dow Química e da Cia Petroquímica de Camaçari, ambas na Bahia, e das indústrias de celulose do Sul do país.

4 O CRESCIMENTO INDUSTRIAL E A CONCENTRAÇÃO DA REDE URBANA ALAGOANA (1967-1988)

A partir do Plano de Metas (1956-1960), inaugurava-se o período de “industrialização pesada” (MELLO, 2006). Tal período durou até a década de 1980, quando a política econômica teve, fundamentalmente, os objetivos de integrar as regiões brasileiras, ampliar e complementar o parque produtivo nacional, promover o crescimento econômico e diversificar a pauta exportadora. Esse conjunto de iniciativas contou com forte ação, coordenação e planejamento por parte do Estado (CANO, 2008).

A industrialização integrou, portanto, o mercado nacional, engendrou a divisão inter-regional do trabalho entre o Centro-Sul industrial e o Norte-Nordeste produtor de commodities e redefiniu o processo de organização socioespacial no país e dentro de suas regiões. À medida que a industrialização avançava, aprofundavam-se os “desequilíbrios regionais”, definia-se o padrão de organização do território de caráter metropolitano fortemente concentrado na capital paulista e seu entorno imediato e promovia-se o êxodo rural em direção ao Centro-Sul, especialmente de mineiros e nordestinos.

Nesse contexto, o Governo Federal criou o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) em 1958, cujo resultado foi a criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) em 1959, que tinha o objetivo de modificar estruturalmente a economia nordestina, de modo a corrigir as desigualdades regionais através da industrialização.

O reflexo desse período em Alagoas foi a implementação da Salgema em 1967 e, posteriormente, a formação do Polo Cloroquímico Alagoano (PCA),⁹ frutos dos investimentos da Sudene e do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). Assim, se iniciava o período de aumento da produção

9 O PCA é um conjunto de empresas do setor químico de 1ª (matérias-primas) e 2ª geração (insumos industriais) voltado para a integração e complementariedade do setor químico nacional. A principal empresa desse polo era a própria SALGEMA, empresa de 1ª geração que produzia o cloro. Mas além dela, o PCA era composto também por outras três empresas (Alclor, CPC e a Cinal) diretamente integradas à produção química e uma série de outras empresas que auxiliavam a produção. No total, o PCA possuía 75 fornecedores de serviços permanentes além de vários outros temporários (LUSTOSA, 1997).

industrial e de crescimento da economia alagoana, puxado pelo setor químico e pela agroindústria sucroalcooleira com investimentos do IAA e do Proálcool. Tais iniciativas foram decisivas não apenas para uma maior integração do estado à economia nacional, mas também para a reorganização socioespacial com o crescimento acentuado de Maceió.

Segundo dados do IBGE, o crescimento do PIB alagoano foi de 6,7% ao ano entre 1960 e 1990, pouco acima da taxa nordestina (6,5%) e brasileira (5,1%) para a mesma época. Os dados da Tabela 6 ressaltam a composição do PIB por setor nos níveis nacional, regional e estadual. Chama a atenção que em 1990 a agricultura,

mesmo em processo de declínio, correspondia ainda a 22,8% do PIB estadual, enquanto para o Brasil era apenas de 8,0% e para o Nordeste de 12,0%. De igual modo, saliente-se que, mesmo em crescimento, a indústria alagoana tinha uma participação interna menor do que a verificada no Nordeste e no Brasil. Importa ressaltar que, pós-1980, a indústria ultrapassou o setor agrícola, fruto do crescimento do setor químico pela maturação dos investimentos da Sudene e do II PND na Salgema e no PCA. Já no ano de 1990, o setor industrial teve queda de participação relativa, devido ao esgotamento dos efeitos do II PND e à quase extinção da Sudene.

Tabela 6 – Alagoas: evolução da participação dos setores no PIB % (1970-1990)

Anos	Brasil			Nordeste			Alagoas		
	Agricultura	Indústria	Serviços	Agricultura	Indústria	Serviços	Agricultura	Indústria	Serviços
1970	12,50%	30,60%	56,80%	22,40%	18,30%	59,30%	28,50%	16,80%	54,60%
1980	10,20%	41,20%	48,50%	16,70%	32,20%	51,20%	23,60%	22,90%	53,50%
1990	8,00%	40,10%	51,90%	12,00%	33,40%	54,60%	22,80%	24,30%	52,90%

Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados do Ipeadata/IBGE.
Nota: PIB calculado pelo valor adicionado a preço básicos nos anos 2000.

Ressalte-se que o crescimento industrial não deve ser confundido com um processo de industrialização, pois a expansão foi movida pelo setor de bens de consumo não duráveis e pelo crescimento momentâneo do setor de bens intermediários (BI).

Além disso, o setor responsável por internalizar o excedente econômico e promover a complementariedade entre os segmentos produtivos, o segmento de bens de capital, era ínfimo na indústria alagoana, como podemos ver na Tabela 7.

Tabela 7 – Alagoas (1970-1985): participação relativa da indústria referente ao Valor da Produção (VP), Valor de Transformação Industrial (VTI), Mão de Obra e Salário (em %)

Anos	1970				1985			
	M-D-O	S	VP	VTI	M-D-O	S	VP	VTI
Indústria extrativa	0,8	0,6	0,6	1,4	0,1	0,2	0	0,6
.Extração de minerais	0,8	0,6	0,6	1,4	0,1	0,2	0	0,6
Indústria de transformação	99,2	99,4	99,4	98,6	99,9	100	100	99,4
Bens de Consumo Não Duráveis	82	85,6	89,8	86,5	73,2	66	51	45,7
.Têxtil	20,5	18,4	12,7	15,7	3,9	3,2	4,9	5,1
.Produtos alimentares	53,1	59,2	71,6	63,1	57,3	54	39	33,8
.Fumo	0	0	0	0	6,9	3,8	4,7	4,3

Anos	1970				1985				
	Gêneros	M-D-O	S	VP	VTI	M-D-O	S	VP	VTI
.Outros*		8,4	8	5,5	7,7	5	5	2,4	2,5
Bens Intermediários		15,9	12,6	9,2	11,4	23,1	30	46	49,9
.Mineral não metálico		9	4,4	2,1	3,5	6	5,3	0,4	5,2
.Madeira		1,8	1	0,6	0,8	1,4	1,1	0,3	0,4
.Química		1,2	1	4,6	4,5	13,6	20	42	42
.Metalurgia		3,7	6,1	1,8	2,6	1,6	2,6	2,7	2
Outros**		0,2	0	0,1	0,1	0,5	0,4	0,5	0,3
Bens de Consumo Duráveis/Capital		1,3	1,2	0,4	0,7	3,6	4,5	2,9	3,9
.Mecânica		1	1,1	0,3	0,5	3	3,9	2,7	3,5
Outros***		0,3	0,1	0,1	0,2	0,6	0,5	0,3	0,4
Total		100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados do IBGE/Censos industriais (1970 e 1985).

Nota: Mão de obra (M-D-O); Valor de Transformação Industrial (VTI); Valor de Produção (P); Massa de Salário (S);

Nota: Outros* indicam os gêneros de bens de consumo não duráveis com VTI abaixo de 3% durante todo o período.

Nota: Outros** indicam os gêneros de bens intermediários com o VTI abaixo de 1% durante todo o período

Nota: Outros*** indicam os gêneros no segmento de bens duráveis com VTI abaixo de 0,5% durante todo o período.

Esse crescimento da indústria representou uma mudança tanto na estrutura econômica, quanto na organização socioespacial, pela atração da população interiorana para a capital em busca dos empregos e serviços ofertados na urbe (na construção civil, no comércio e no setor químico, por exemplo). Vale lembrar que, enquanto o setor de bens intermediários crescia, o setor agroindustrial sucroalcooleiro (produtos alimentares) não ficava para trás, apesar de perder participação. A expansão desse setor foi latente, tanto que nas décadas de 1970 a 1990 a produção de álcool aumentou 25 vezes, a produção de açúcar quase duplicou e a área plantada triplicou.

Pode-se afirmar que o tardio processo de urbanização em Alagoas resulta tanto do crescimento da indústria quanto do processo de êxodo rural fomentado pela especialização produtiva em açúcar e álcool, juntamente com a expansão extensiva da indústria sucroalcooleira. Como se percebe na Tabela 8, somente na década de 90 a população urbana superou a rural no estado de Alagoas, ou seja, 20 anos depois de o mesmo ter ocorrido no Brasil e 10 anos depois do Nordeste.

Tabela 8 – Brasil: a urbanização da população

Região/ Estado	Pop. rural			Pop. Urbana		
	1970	1980	1991	1970	1980	1991
Brasil	44,10%	32,40%	24,40%	55,90%	67,60%	75,60%
Nordeste	58,20%	49,50%	39,30%	41,80%	50,50%	60,70%
Alagoas	60,20%	50,70%	41,10%	39,80%	49,30%	58,90%

Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados do Ipeadata/IBGE.

A urbanização alagoana, portanto, apresentou um ritmo mais acelerado tanto em relação à escala regional quanto à nacional, visto que, entre 1970 e 1991, a população urbana em Alagoas cresceu 4,1% a.a., ao passo que no Nordeste a taxa foi de 3,8% e no Brasil, de 3,7%. Esse acelerado ritmo de urbanização deveu-se a alguns fatores, dentre eles: i) o crescimento do setor químico – apesar de se constituir um enclave econômico, como alerta Lustosa (1997) –, que estimulava o emprego, o comércio, serviços e atividades urbanas ligadas à indústria e sua cadeia produtiva “para frente”, o que atraía para as cidades, espe-

cialmente para Maceió, parte da população rural, devido à massa salarial gerada; e ii) o êxodo rural provindo do avanço extensivo da cana-de-açúcar, fato que promoveu a urbanização graças à fuga dos trabalhadores rurais para as cidades.

Essa aceleração da urbanização mostrava-se de forma ainda mais verticalizada em Maceió e Arapiraca, como vemos na Tabela 9, o que demonstra o baixo dinamismo dos demais municípios, a concentração da rede urbana estadual e o parco avanço das relações capitalistas de produção no estado.

Tabela 9 – Alagoas: as 5 maiores cidades alagoanas segundo a participação da população (em %)

Municípios	1970	1980	1991
Maceió	16,60%	20,10%	25,00%
Arapiraca	5,90%	6,90%	6,60%
Palmeira dos Índios	3,90%	3,40%	3,10%
União dos Palmares	3,20%	2,70%	2,30%
Rio Largo	2,40%	2,20%	2,10%
Demais cidades*	68,00%	64,80%	60,90%

Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados do Ipeadata/IBGE.
Nota*: Em 1970, eram 92 municípios, assim como em 1980. Em 1991, 98 municípios.

A rede urbana alagoana, portanto, se tornava cada vez mais verticalizada à medida que a cana-de-açúcar se expandia pelo território e se concentravam os investimentos industriais da Salgema e do PCA em Maceió. Aliada a esses elementos, a débâcle têxtil contribuiu também para concentrar a rede urbana alagoana, na medida em que o algodão era o item central para o dinamismo de um conjunto de cidades menores.

Em suma, o que se observa entre 1967 e 1988 é um avanço extensivo da cana-de-açúcar e um crescimento industrial regido pelo setor químico, com implicações espaciais caracterizadas por uma mudança na organização socioespacial com a acelerada, tardia e concentrada urbanização alagoana.

5 TRANSFORMAÇÕES RECENTES DA ECONOMIA E DA ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL ALAGOANAS (1988-2017)

Nacionalmente, a década de 1980 foi de reversão do cenário de crescimento econômico e industrial, devido ao abrupto aumento da taxa de juros norte-americana em 1979. Disso resultaram a escassez do ciclo global de liquidez, a paralisação dos investimentos, a alta da inflação, a elevação das dívidas públicas internas e externas e o estrangulamento externo dos países que se haviam endividado em moeda estrangeira para financiar seus projetos de industrialização, como no caso brasileiro. Era o fim da “farra industrializante” (CANO, 2008).

Nos anos 90, a crise fiscal e financeira acentuou-se, e as medidas adotadas para o país superá-la ocorreram via adesão aos pressupostos do Consenso de Washington. Na prática, isso significava uma perda de autonomia do país, com reorientação do planejamento público e papel de preponderância do mercado externo na agenda econômica nacional (SOUZA, 2008). Era o início da reestruturação da economia brasileira e do longo processo de desmantelamento da estrutura industrial construída nas décadas anteriores.

Nesse contexto, enquanto o setor químico sofria com a paralisação dos investimentos públicos e com a crise econômica brasileira, o setor sucroalcooleiro, mesmo com a extinção do Proálcool e do IAA, saía fortalecido em Alagoas, com aumento da produção, da produtividade¹⁰ e do grau de mecanização. A modernização tecnológica do setor ocorreu mediante os esforços dos usineiros para capturar subsídios e incentivos estaduais pelo “Acordo dos Usineiros¹¹” (1988), formalmente de-

10 Entre 1990 e 2000, o estado de Pernambuco, até então maior produtor do Nordeste, teve variação negativa de 26,4% na cana produzida, - 10,9% de área plantada e -19,0% de área colhida. Em Alagoas, essas oscilações foram de 12,9% na produção, -8,9% de área plantada, -8,5% de área colhida, o que indica o aumento de produtividade. Ademais, o rendimento da produção alagoana, em toneladas por hectare, variou 32,48%, ao passo que em Pernambuco apenas 2,00%.

11 Esse acordo originou-se de uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que declarou inconstitucionais alguns dispositivos da Lei Estadual nº4.418/82, que autorizava a cobrança de ICMS sobre a cana própria das usinas. Apesar da decisão extinguir a cobrança do encargo, não determinou a devolução do ICMS recolhido até então. Contudo, aproveitando-se da decisão, algumas usinas entraram com pedido de devolução do ICMS recolhido nos últimos cinco anos, logo negado pelo STF. Apesar

nominado “Termos de Transação do Indébito da Cana Própria”, sancionado pelo então governador Fernando Collor (1987-1989).

Nos anos 2000, houve a continuidade das principais diretrizes da política macroeconômica neoliberal dos anos 90, movida pela inserção comercial passiva na divisão internacional do trabalho através de atividades intensivas em recursos naturais. Assim, manifestaram-se novas determinações da dinâmica urbano-regional brasileira, com o surgimento de novas áreas industriais dinâmicas mais interiorizadas e não metropolitanas, principalmente aquelas ligadas à indústria extrativa, à fronteira agromineral de produção e à exploração de commodities, alimentos ou recursos semimanufaturados relacionados aos recursos naturais no Norte, Centro-Oeste e algumas partes do Nordeste. Assim, as regiões passaram a (re) adequar sua produção de acordo com a demanda externa, estabelecendo uma ligação local-global à qual as regiões estavam atreladas, além de estarem dependentes das demandas e necessidades do mercado externo (MACEDO, 2010).

Houve também nesse período algum grau de avanço na distribuição da renda, na estrutura social e no emprego. As regiões mais interiores e pobres do país, especialmente o Norte e o Nordeste, tiveram um período de crescimento econômico amparado pelo mercado de consumo em massa gestado entre 2006 e 2014 através das políticas de transferência de renda (Bolsa Família), do aumento real do salário mínimo, da recomposição da previdência rural, das políticas sociais (Pronatec, Pronaf, Prouni, interiorização das universidades), dos investimentos públicos em infraestrutura (PAC, Minha Casa Minha Vida, exploração do Prê-Sal com construção de refinarias e estaleiros) e da expansão do crédito. Convém ressaltar que nesse período não houve um intrínseco processo de desenvolvimento regional, fato que Tânia Bacelar de Araújo (2014) chamou de políticas “regionais implícitas”.

Nesse período, a forte expansão das commodities pelo “efeito China” e o aumento do consumo

dessa decisão da Corte Máxima, o governador Fernando Collor já entrara em acordo com os usineiros para ressarcir-los, antes mesmo de qualquer decisão judicial. Essas transações envolveram cerca de US\$ 120 milhões, desviados dos cofres públicos para o setor sucroalcooleiro. Pelo acordo, os usineiros não apenas ficaram isentos de pagá-lo, como também seriam restituídos, o que minava ainda mais as formas de financiamento do Estado e engessava quaisquer políticas de investimento público (LIMA, 2006; 1997).

interno pela inserção de uma vasta parcela da população, antes à margem do mercado nos circuitos do consumo e no fluxo de renda regional, fizeram emergir novos campos de realização dos investimentos e novas formas de organização socioespacial. Dessa maneira, a rede urbana tornou-se mais interiorizada, abarcando tanto as cidades que serviam de suporte para as atividades agroexportadoras mais dinâmicas, quanto aquelas que se estabeleciam devido ao consumo das famílias.

No que diz respeito à estrutura produtiva de Alagoas, após um breve período de certa diversificação produtiva e de crescimento econômico (1967-1988), se observa no período recente o reforço à especialização produtiva no açúcar e no álcool, ou à “ultraespecialização”, como nomeia Carvalho (2015). Tal fato deve-se tanto ao ciclo de acumulação nacional comandado pela exportação de commodities, como é o caso do açúcar e do álcool, quanto pelas especificidades estaduais atreladas à modernização do parque produtivo sucroalcooleiro devido ao “acordo dos usineiros”.

Essa especialização produtiva pode ser analisada na Tabela 10, onde se verifica a fragilidade e o baixo dinamismo do parque industrial alagoano graças ao forte peso e recrudescimento do segmento de BCND, especialmente dos produtos alimentares, em comparação com a estrutura produtiva até 1985 (ver Tabela 7). Por outro lado, o setor químico teve forte queda e perdeu participação relativa na estrutura produtiva alagoana. O censo de 2016, entretanto, mostra uma queda na participação dos BCND devido à crise do setor sucroalcooleiro que se alastra há pelo menos 10 anos e foi agudizada pela política de controle do preço do petróleo implementada pela presidente Dilma Rousseff para segurar a inflação, o que impactou negativamente a demanda da frota automobilística brasileira por álcool. Ainda assim, o setor de BCND continua sendo, indiscutivelmente, o de maior peso, fato que reflete o atraso tecnológico e produtivo no estado, ainda preso ao segmento mais primário da indústria.

A significativa participação dos produtos alimentares equivale ao peso da produção da cana-de-açúcar na economia alagoana. Isso porque essa cultura representa 93,4% da lavoura temporária alagoana, que, por sua vez, consiste em 99,8% da quantidade agrícola produzida, segundo dados do censo agropecuário de 2017. Evidentemente, o forte

predomínio da cana-de-açúcar indica a concentração de terras no estado. A Tabela 11 mostra, a grosso modo, que existe um padrão concentrado da propriedade da terra, em que há muita gente para pouca terra e muita terra para pouca gente. Importa constar

também que no último censo agropecuário de 2017 pode-se observar uma melhora nesses indicadores, apesar de ainda muito concentrados. Os motivos dessa queda de concentração merecem estudos mais específicos e fogem ao escopo deste trabalho.

Tabela 10 – Alagoas: Indústria - participação relativa de estabelecimentos, VTI - 1995 e 2016 (%)

Classes e gêneros da indústria	1995		2010		2016	
	Estabelecimentos	VTI	Estabelecimentos	VTI	Estabelecimentos	VTI
Indústrias extrativas e de produtos minerais	0,84	7,26	5,26	1,48	2,5	2,3
Indústria de transformação	99,16	92,74	94,74	98,52	97,5	97,7
Bens de Consumo Não Duráveis	59,66	38,98	43,23	70,18	39,2	60,4
Produtos alimentares	43,7	36,77	34,95	62,61	36,4	52
Bebidas	1,68	-	3,02	6,83	2,9	8,4
Bens Intermediários	22,69	53,36	19,45	20,95	18,6	32,3
Minerais não-metálicos	7,56	3,5	9,2	4,32	10,1	3
Química	13,45	49,86	3,81	13,29	4,2	25,6
Produtos de matérias plásticas	1,68	-	6,44	3,34	4,2	4,8
Bens de Consumo Duráveis e de Capital	5,88	0,4	14,46	3,64	20,5	2,7

Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados do PIA - IBGE (1995, 2010, 2017).

Tabela 11 – Alagoas: Grupo de área total - área e estabelecimento – 1995-2017

Estratos	Estabelecimentos (em %)					Área (em %)				
	1970	1980	1995	2006	2017	1970	1980	1995	2006	2017
Menos de 10 ha	51,2	50,4	80,6	82,2	81,9	3	2,5	10,3	10,7	15,8
10 a menos de 100 ha	39,3	39,1	16,2	15,2	15,8	20,4	17,7	25,5	24,9	31,4
Menos de 100 ha	90,5	89,4	96,8	97,4	97,7	23,5	20,1	35,7	35,6	47,3
100 a menos de 1.000 ha	8,4	9,5	3	2,5	2	37	34,8	44,9	37,4	38,9
1.000 ha e mais*	0,7	0,9	0,2	0,2	0,1	39,5	45,1	19,3	27	13,7
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: elaborada pelos autores com base nos dados do IBGE - Censo Agropecuário de 1995, 2006 e 2017.

Obs.*: As áreas de 1.000 a 2.500 ha e de 10.000 ha e mais não foram informadas no censo de 2017.

O resultado do reforço à especialização produtiva em açúcar e álcool foi o crescimento do setor de serviços, que pode ser anali-

sado pela composição da indústria alagoana (Tabela 12), caracterizada pelo forte peso do comércio, da administração pública e de ou-

tros serviços. Vale ressaltar que a maior parte desses serviços são ligados a atividades de baixa remuneração, como serviços pessoais e domésticos, o comércio e a economia informal. Isto é, os serviços se expandem como

“válvula de escape” para a obtenção de renda e superação da miséria em Alagoas. Com um parque industrial pouco dinâmico, o setor terciário de baixa remuneração surge como uma alternativa de sobrevivência.

Tabela 12 – Alagoas: participação setorial do PIB - 1990-2015 (%)

Atividades	1990	1995	2000	2005	2010	2015
Agropecuária	22,8	17,8	15,2	8,6	12	11,5
Indústria	24,3	21,4	21,9	27,1	19,3	15,2
Indústria extrativa	-	-	-	1,3	1,7	0,6
Indústria de transformação	14,7	11	11,8	12,9	8,2	7,9
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água e esgoto e limpeza urbana	1,5	3,9	3,6	6,8	2,2	1,7
Construção civil	8,1	6,5	6,5	6,2	7,2	5
Serviços	52,9	60,8	62,9	64,3	68,7	73,3
Comércio	11,7	8,9	8,4	10,5	13,8	17,3
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	5	2,5	3	3,5	2,5	2,8
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	21,2	23,5	22,7	23,8	27,2	25,2
Outros serviços	15	26	28,9	26,6	25,1	28
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados do IBGE - Contas Regionais (1990-2015).

Uma consequência desses acontecimentos na indústria alagoana e na estrutura da propriedade foi a intensificação da verticalização da rede urbana no estado, como se observa na Tabela 13. Maceió tem maior peso por exercer as funções básicas de uma capital, ser a sede da administração pública e da indústria química que restava e concentrar o setor de serviços e do comércio. A concentração populacional mostra-se ainda mais acentuada se considerados somente os moradores urbanos: Maceió concentra 40,5% da população e Arapiraca 7,8%, de modo que, juntas, essas duas cidades concentram praticamente metade dos moradores urbanos alagoanos (48,3%).

Tabela 13 – Alagoas: as 5 maiores cidades alagoanas segundo a participação da população (em %)

Municípios	1991	2000	2010
Maceió	25,00%	28,20%	29,90%
Arapiraca	6,60%	6,60%	6,90%
Palmeira dos Índios	3,10%	2,40%	2,30%
Rio Largo	2,10%	2,20%	2,20%
União dos Palmares	2,30%	2,10%	2,00%
Demais cidades*	60,90%	58,50%	56,80%

Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados do IBGE.
Nota*: Em 1970, eram 92 municípios, assim como em 1980. Em 1991, eram 98 municípios. Em 2000 eram 101, e em 2010 havia 102 municípios.

Como visto na Tabela 13, tanto Palmeira dos Índios, Rio Largo e União dos Palmares, quanto as demais cidades, perderam participação relativa. Isto é, a rede urbana continuava se concentrando, o que demonstra o baixo dinamismo dos demais municípios, a fragilidade da estrutura produtiva e o pouco avanço das relações capitalistas de produção pelo estado, dada a especialização produtiva no segmento sucroalcooleiro. Além dos já mencionados fatores para a concentração em Maceió, o residual crescimento de Arapiraca, por ter uma infraestrutura urbana melhor equipada devido ao histórico desenvolvimento da cidade atrelado ao segmento fumageiro, resultou da concentração de serviços, empregos e consumo gerados em Alagoas a partir das mencionadas políticas implícitas regionais.

A concentração da rede urbana e da dinâmica econômica estadual em poucas cidades pode, ainda, ser mensurada pela participação do PIB municipal em relação ao PIB estadual, conforme a Tabela 14. Maceió, sozinha, representa praticamente a metade do PIB alagoano (43,1%), seguida por Arapiraca (8,1%) e Marechal Deodoro (3,3%), que se destaca pelo setor industrial com o Polo Multifábrica, com maior peso para a produção química e produção de plásticos; Coruripe (3,1%), movida pelo setor canavieiro, principalmente por ser sede da maior usina alagoana (a usina Coruripe); e Rio Largo (2,0%), cidade situada na região metropolitana de Maceió, movida pelo setor primário e também pela produção canavieira (FEITOSA; GAUW, 2019). Enquanto isso, as demais cidades alagoanas têm participação no PIB estadual de apenas 38,5%.

Tabela 14 – Alagoas: participação relativa dos 5 maiores PIBs municipais no PIB estadual

Cidades	Anos					
	1970	1980	1996	2000	2010	2016
Maceió	38,60%	45,80%	56,80%	42,20%	49,30%	43,10%
Arapiraca	4,80%	5,70%	3,80%	6,10%	7,70%	8,10%
Marechal Deodoro	0,50%	0,60%	2,80%	3,60%	3,10%	3,30%
Coruripe	1,70%	3,00%	3,30%	3,00%	2,20%	3,10%
Rio Largo	3,70%	2,20%	1,80%	2,50%	1,80%	2,00%
Demais Cidades*	51,80%	41,30%	30,00%	41,70%	35,30%	38,50%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100,00%

Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados do Ipeadata/IBGE.

Nota*: Até 2010, calculado a partir do preço constante nos anos 2000. Em 2016, calculado conforme preços correntes.

Nota**: Essas demais cidades eram 92 municípios em 1970, assim como em 1980. Em 1996 eram 98 municípios. Em 2000 eram 101, e em 2016 havia 102 municípios.

Por fim, mostra-se mais um dado sobre a verticalização da rede urbana e sobre a centralizada hierarquia por meio do quadro de influência municipal do REGIC, demonstrado na Tabela 15. Percebe-se que, não obstante ser o estado eminentemente produtor de cana-de-açúcar, a grande maioria das cidades que exerciam algum poder de influência sobre sua hinterlândia não tinha sua atividade econômica predominante atrelada ao setor sucroalcooleiro, com a única exceção de São Miguel dos Campos. O arranjo produtivo do setor agroindustrial su-

croalcooleiro (baseado no trinômio latifúndio-monocultura-baixos salários) não estimulava o mercado interno, o comércio, serviços, nem a propagação e distribuição da renda. As cidades canavieiras não dinamizavam, portanto, nem promoviam a divisão social do trabalho. Os municípios que conseguiram fugir à regra canavieira, cujo crescimento estivera historicamente baseado em pequenas e médias propriedades, na formação de mercado de trabalho assalariado e nas atividades comerciais, desenvolveram minimamente seus mercados.

O efeito disso foi a maior disponibilidade de serviços e de consumo, a maior circulação de pessoas e de conhecimento técnico-informacional e, portanto, um mínimo desenvolvimento da divisão social do trabalho e um maior poder de centralidade na hierarquia urbana no estado. É isso que demonstram os estudos da Regic, desde o primeiro

em 1966 até o último em 2007. Em 2007, apenas outras doze cidades, no total de 102 municípios, tinham algum poder de influência sobre as cidades circunvizinhas, sendo a maioria delas ainda classificadas como centro de zonas A ou B de baixo dinamismo e, por conseguinte, de fraca influência sobre as demais.

Tabela 15 – Alagoas: graus de centralidade urbana a partir da REGIC (1966-2007)

Municípios	1966	1978	1993	2007
ACP de Maceió	Centro regional A	Centro submetropolitano	Forte	Capital regional A
Arapiraca	Centro sub-regional A	Capital regional	Forte para médio	Capital regional C
Santana do Ipanema	Centro sub-regional B	Centro sub-regional	Médio	Centro sub-regional B
Palmeira dos Índios	Centro sub-regional A	Centro sub-regional	Médio	Centro de Zona A
Penedo	Centro sub-regional B	Centro de Zona	Médio	Centro de Zona A
União dos Palmares	Centro local B	Centro de Zona	Médio para fraco	Centro de Zona A
São Miguel dos Campos	Centro local B	Centro de Zona	Fraco	Centro de Zona A
Batalha	Centro local B	Centro de Zona	--	Centro de Zona B
Delmiro Gouveia	Centro local B	Centro de Zona	--	Centro de Zona B
Olho d'Água das Flores	Centro local B	Centro de Zona	--	Centro de Zona B
Pão de Açúcar	--		--	Centro de Zona B
Porto Calvo	--	Centro de Zona	Médio para fraco	Centro de Zona B
Maribondo	Centro local B	Centro de Zona	--	--
Capela	--	Centro de Zona	--	--
Viçosa	Centro local B	Centro de Zona	Médio para fraco	--

Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados do IBGE/REGIC (vários anos).

Assim, o período 1988-2017 é caracterizado pela fragilidade da economia alagoana, com uma indústria de transformação pouco expressiva, especializada na produção de açúcar e álcool e com uma agricultura baseada, sobretudo, na produção de cana-de-açúcar. A despeito dos impactos das “políticas regionais implícitas” durante o período do governo petista, a rede urbana alagoana mantém sua forma verticalizada, com uma hierarquia urbana pouco desenvolvida e concentrada em algumas cidades.

6 CONCLUSÕES

Este trabalho procurou enfatizar alguns momentos-chave, adotando periodização específica para a história alagoana à luz de sua transformação na estrutura econômica e na organização socioespacial do estado.

Até 1933, havia uma incipiente e descentralizada rede urbana, com uma maior distribuição entre as atividades econômicas (canavieira, têxtil e pecuária) na estrutura produtiva e no território alagoano, com o importante peso, dentro dessas ativi-

dades, do setor têxtil, com sua dinâmica produtiva “para frente” e de promoção da urbanização.

Esse cenário é modificado no período de 1933 a 1967 com a especialização da produção em açúcar e álcool, graças à criação do IAA. Desse modo, a cana-de-açúcar passou a predominar na economia e no espaço alagoano, concomitantemente com a crise do setor têxtil, expresso espacialmente no primórdio da concentração da rede urbana alagoana. Essas modificações levaram à estagnação da divisão social do trabalho; à baixa monetarização e remuneração da força de trabalho e, por isso, a um nível de poupança e de investimentos muito fraco; ao pouco grau de dinamismo das forças capitalistas de produção e a um pequeno avanço do progresso técnico; ao pouco incentivo ao comércio e serviços urbanos; e à concentração da renda e da terra nas mãos dos usineiros, com seus decorrentes êxodo rural e alastramento da pauperização pelo estado. À despeito da verticalização da rede urbana, Arapiraca, pelo desenvolvimento do setor fumageiro, começava a ser uma importante cidade do interior alagoano.

Em 1967, foi inaugurado o período de crescimento econômico e industrial (1967-1988), devido ao ciclo de acumulação nacional e aos investimentos na Sudene e no II PND. A partir daí, a urbanização alagoana acelerou e passou a se concentrar em Maceió, devido tanto ao êxodo rural provocado pelo avanço extensivo da cana-de-açúcar resultante dos programas e fundos do IAA e do Proálcool, quanto aos investimentos públicos (Sudene e II PND) na indústria química local (Salgema e no PCA), notadamente em Maceió.

Já no período recente (1988-2017), continua em vigor a verticalidade da rede urbana e da hierarquia urbana alagoana, fruto da fragilidade da estrutura produtiva pela especialização em açúcar e álcool e da concentração de terras. Saliente-se que tudo isso acha-se reforçado pela modernização produtiva graças ao “acordo dos usineiros” e, nos anos 2000, pelo ciclo de acumulação nacional baseado em commodities, o que se reflete no alastramento da pauperização pelo estado e no menor grau de desenvolvimento das forças capitalistas de produção, de incorporação do progresso técnico e da divisão social do trabalho em Alagoas. O fluxo de pessoas, mercadorias, informações e serviços seguem concentrados em Maceió e, em menor grau, em Arapiraca. Nesta, a concentração resulta tanto

da infraestrutura urbana e do desenvolvimento do comércio e serviços, pelo histórico dinamismo do setor fumageiro, quanto da impulsão gerada pelas políticas regionais implícitas no período recente.

Em suma, a economia Alagoana teve sua especialização produtiva no açúcar e no álcool desde 1933, com a criação do IAA, e manteve a centralidade na produção canavieira devido aos recursos advindos do IAA, do Proálcool e do “acordo dos usineiros” para a expansão da produtividade e da produção. Fruto disso é a fragilidade da economia alagoana, com uma indústria pouco expressiva, uma agricultura baseada sobretudo na produção latifundiária- monocultura da cana-de-açúcar e uma elevada participação dos serviços de baixa remuneração. Espacialmente, isso reflete-se na verticalização da rede urbana e na hierarquia urbano-regional pouco desenvolvida.

REFERÊNCIAS

- ALTAVILA, J. de. **História da civilização das Alagoas**. 8. ed. Maceió: Edufal, 1988.
- ANDRADE, M. C. de. **A terra e o homem no Nordeste**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1963.
- ARAÚJO, T. B. ARAÚJO, T. B. Nordeste: desenvolvimento recente e perspectivas. In: GUIMARÃES, P. F. et al. (Org.). **Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste**. Rio de Janeiro, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2014.
- BRANDÃO, C. A. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o global e o local**. Campinas: Unicamp, 2007.
- CANO, W. **Desconcentração produtiva regional no Brasil: 1970-2005**. 3. ed. São Paulo: Unesp, 2008.
- CARVALHO, C. P. de. Setor Sucroalcooleiro de Alagoas: A ultraespecialização produtiva como estratégia competitiva. **Revista Economia & Desenvolvimento**, v. 6 n. 2. p. 259-286, 2008.
- _____. **Análise da reestruturação produtiva do setor sucroalcooleiro**. 3. ed. Maceió: Edufal, 2009.

- _____. **Formação histórica de Alagoas**. Maceió. 4. ed. Maceió: Edufal, 2015.
- COSTA, C. **Alagoas em 1931: inquéritos econômicos, financeiros, políticos e sociais**. Maceió: Imp. Oficial, 1932.
- CORRÊA, R. L. A vida urbana em Alagoas: a importância dos meios de transporte na sua evolução. **Geografia, espaço e memória**. São Paulo: Terra Livre, n. 10, p. 93-116, 1994.
- DIEGUES JUNIOR, M. **O banguê nas Alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional**. Prefácio de Gilberto Freyre. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool/Serviço de Documentação, 1949.
- _____. **População e açúcar no Nordeste do Brasil**. Coleção Nordestina. 2. ed. Maceió: Edufal, 2012.
- FEITOSA, B. T. et al. Reflexões sobre a Região Metropolitana de Maceió. **Revista de Economia Política do Desenvolvimento** (no prelo). 2019.
- FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 33. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- LESSA, C. **A estratégia de desenvolvimento: 1974-1976**. Campinas: Unicamp, 1998.
- LIMA, A. A. **Alagoas e o complexo agroindustrial canavieiro no processo de integração nacional**. Tese (doutorado em desenvolvimento econômico). IE/Unicamp. Campinas/SP, 2006.
- LIMA JÚNIOR, F. **Maceió de outrora**. Vol. 1. Pensar Alagoas Coleção. Ed: Imprensa oficial Graciliano Ramos. Maceió/AL, 2014.
- LINDOSO, D. **A interpretação da província: estudo da cultura alagoana**. 3. ed. Maceió/AL. Ed: Edufal, 2005.
- LIRA, F. J. de. **Crise, privilégio e pobreza**. Maceió/AL: Edufal 1997.
- LOPES, G. C. L. de A. **Estrutura econômica e organização socioespacial em Alagoas no século XX**. Dissertação (mestrado em desenvolvimento econômico). IE/Unicamp. Campinas, 2018.
- _____. A formação e transformação da rede urbana alagoana no século XX. IV SEDRES - SEMINÁRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, ESTADO E SOCIEDADE. Palmas/TO, 2018. **Anais...** Palmas/TO, 2018.
- _____. O processo de urbanização alagoana: os motivos do movimento tardio (1933-1988). XXIV ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA. Vitória/ES, 2019. **Anais...** Vitória/ES, 2019.
- LUSTOSA, M. C. J. **O polo cloroquímico de Alagoas**. Série Apontamentos. Maceió: Edufal, 1997.
- MACEDO, F. C. de. Inserção comercial externa e dinâmica territorial no Brasil. **REDES** (Santa Cruz do Sul. Impresso), v. 15, p. 89-114, 2010.
- _____. **Histórica econômica e organização espacial: o caso capixaba**. Goiânia/GO: América, 2013.
- MARANHÃO, S. Estado e planejamento regional: a experiência do Nordeste brasileiro. In: MARANHÃO, S. (Org.). **A questão Nordeste: estudo sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. (Coleção Estudos sobre o Nordeste, v. 16), pág. 83-103, 1984.
- MELLO, J. M. C. de. **O capitalismo tardio**. Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. 10. ed. Campinas, SP: Unicamp, IE (30 Anos de Economia), 2006.
- MELLO, E. C. de. **O Norte agrário e o Império, 1871-1889**. 2. ed.; Brasília: Nova Fronteira; INL, 1999.
- NARDI, J. B. **O fumo brasileiro no período colonial**. Ed: Brasiliense, 1996.

OLIVEIRA, M. A. D. de. **Crescimento e estagnação do cooperativismo agrícola na Região Fumageira de Arapiraca.**

Dissertação (mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Prodem/UFAL, Arapiraca, 2005.

PALACIOS, J. J. L. El concepto de región: la dimensión espacial de los procesos sociales.

Revista Interamericana de Planificación, México: Sociedad Interamericana de Planificación, n. 66, p.56-68, 1983.

PORTO, L. R.; MIRANDA, H. Novo padrão de crescimento e a hierarquia urbano-regional do Nordeste, Brasil, Pós-1990. XVII ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL. Natal/RN, 2019. **Anais...** Natal/RN, 2019.

RAMOS, P. **Um estudo da evolução e da estrutura da agroindústria canavieira do Estado de São Paulo (1930-1982).** Dissertação (mestrado em administração de empresas). FGV/EAESP. 1983

SALDANHA, A.; LESSA, G. (org.). **A indústria têxtil, a classe operária e o PCB em Alagoas.**

Maceió: Edufal, 2011.

SANT'ANA, M. M. de. **Contribuição à história do açúcar em Alagoas.** Recife: Museu do Açúcar, 1970.

SANTOS, A. P. T. dos. **A reestruturação do território da região fumageira.** 2014. Dissertação (mestrado em geografia). PPGe/UFRN, 2014.

SHIKIDA, P. F. A.; BACHA, C. J. C. **Evolução da agroindústria canavieira brasileira de 1975 a 1995.** Rio de Janeiro: RBE, n. 53, v. 1, p. 69-89. jan./mar. 1999.

STEIN, S. J. **Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil – 1850/1950.** Rio de Janeiro: Campus, 1979.

TENÓRIO, D A. **Metamorfose das oligarquias.** Maceió: Edufal, 2009.